



FUNDAÇÃO
SÉRGIO
CONTENTE
I • D • E • P • A • C

CONTABILIDADE GERAL

Junho/2013
Atualização: Prof. Mauricio Barros

SUMÁRIO

OBJETIVOS DO CURSO.....	02
OBJETIVOS DA CONTABILIDADE.....	03
USUÁRIOS DA CONTABILIDADE.....	04
INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA CONTABILIDADE.....	04
CONCEITO DE CONTABILIDADE.....	05
PRINCIPIOS DE CONTABILIDADE.....	06
CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE INFORMAÇÃO.....	08
PATRIMÔNIO.....	10
ELEMENTOS PATRIMÔNIAIS.....	11
MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS.....	15
REGISTROS CONTÁBEIS.....	16
PLANO DE CONTAS.....	17
BALANÇO PATRIMONIAL.....	24
MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL.....	28
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO BP.....	29
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO.....	32
MODELO DE DRE.....	33
ENTENDENDO A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	34
ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	37
APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	42
CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	43
DEPRECIAÇÃO.....	44
OPERAÇÕES CONTÁBEIS.....	47
FOLHA DE PAGAMENTO.....	49
OPÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	51
CONTABILIDADE FINANCEIRA E GERENCIAL.....	56
GESTÃO DOS NEGÓCIOS ATRAVÉS DA CONTABILIDADE.....	57
CADERNO DE EXERCÍCIOS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

OBJETIVOS DO CURSO

Oferecer aos alunos da Fundação Sergio Contente o conhecimento inicial necessário para ingressar na profissão contábil.

Com uma linguagem simples e acessível ao iniciante em Contabilidade, apresentamos nesse material os conceitos e aplicações, princípios e estruturação da escrituração contábil.

É importante que o aluno tenha ideia da importância de estudar contabilidade, pois o estudo dessa ciência fornece informações de utilidade para a tomada de decisão dentro e fora de uma empresa.

Cabe aqui ressaltar que o mercado de trabalho na área contábil é de alto nível, sendo um dos melhores no sentido financeiro, dentre os seus profissionais. Seu campo de atuação é muito amplo, tendo em vista a necessidade do controle e organização do Patrimônio de uma entidade. Entretanto trata-se de um mercado muito exigente onde não se esgotam os esforços para melhorar seu conhecimento.

A partir dos estudos da Ciência Contábil na Fundação Sergio Contente, você será capaz de entender o conceito de Patrimônio, bom como os seus componentes. Será capaz de visualizar a contabilidade como uma ferramenta gerencial para controle do Patrimônio de uma entidade e conhecerá os principais pontos das demonstrações contábeis.

Desejamos a todos os nossos alunos muito sucesso nos estudos e boa sorte.

Corpo Docente
Fundação Sergio Contente.

CONCEITO DE CONTABILIDADE

Contabilidade é a ciência social que visa ao **registro** e ao **controle** dos atos e fatos econômicos, financeiros e administrativos das entidades.

Trata-se de um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

ENTIDADE

A palavra Entidade na contabilidade tem sentido amplo e nada tem a ver com entidades filantrópicas por exemplo. Entidade é o conjunto de todas as pessoas físicas ou jurídicas da qual a ciência contábil estuda.

Assim, entidades são em linhas gerais:

- Todas as empresas (indiferente do tamanho);
- Todas as entidades filantrópicas como Ong's, Fundações, Igrejas, etc.;
- Cooperativas;
- Pessoa Física;

OBJETO DE ESTUDO CONTABILIDADE

A contabilidade tem como objeto de estudos o Patrimônio das Entidades, sejam elas entidades de fins lucrativos ou não. Tem como Função Administrativa controlar o patrimônio visando demonstrar a sua situação em um determinado momento e como Função Econômica visa apurar resultados a fim de demonstra-los periodicamente independente se positivos ou negativos.

OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

O principal objetivo da contabilidade é permitir aos usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.

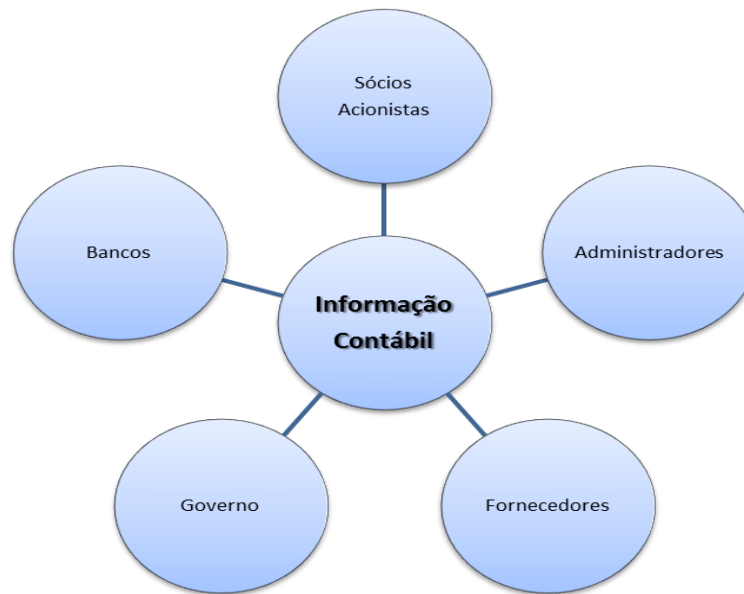
As principais funções da Contabilidade são: registrar, organizar, demonstrar, analisar e acompanhar as modificações do patrimônio em virtude da atividade econômica ou social que a empresa exerce no contexto econômico.

- **Registrar** todos os fatos que ocorrem e podem ser representados em valor monetário;
- **Organizar** um sistema de controle adequado à empresa;
- **Demonstrar** com base nos registros realizados, expor periodicamente por meio de demonstrativos, a situação econômica, patrimonial e financeira da empresa;
- **Analisar** os demonstrativos financeiros com a finalidade de apuração dos resultados obtidos pela empresa;
- **Acompanhar** a execução dos planos econômicos da empresa, prevendo os pagamentos a serem realizados, as quantias a serem recebidas de terceiros e alertando para eventuais problemas.

Para que isso ocorra, primeiramente é necessário registrar todas as operações que ocorrem na empresa tais como compras, vendas, recebimentos, pagamentos, etc.

USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

São todas as pessoas físicas ou jurídicas que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar.



INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA CONTABILIDADE

- A. Informações de natureza econômico-financeira;
- B. Informações de natureza física;
- C. Informações sobre produtividade.

PATRIMÔNIO

A finalidade da Contabilidade é controlar o Patrimônio das entidades com o objetivo de fornecer informações sobre a sua composição e suas variações. Portanto todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios contábeis.

O Patrimônio, sendo o objeto da Contabilidade, define-se como o conjunto formado pelos Bens, pelos Direitos e pelas Obrigações pertencentes a uma pessoa física ou jurídica, independente se com fins lucrativos ou não, e que seja passível de avaliação em moeda.

Portanto, o patrimônio das entidades corresponde ao objeto de estudos da contabilidade e pode ser representado da seguinte forma:

PATRIMONIO	
BENS E DIREITOS (ATIVO)	OBRIGAÇÕES (Com Terceiros e com os Sócios) (PASSIVO)

Pessoa Física é a pessoa natural, registrada no cartório de registro de pessoas naturais, com direitos e obrigações perante o Estado e a sociedade, responde individualmente pelos seus atos.

Pessoa Jurídica é composta por pessoas físicas por meio de um contrato registrado em cartório e em outros órgãos competentes (receita federal, junta comercial etc.), no qual manifestam um acordo de vontades de praticar determinada atividade. Pela pessoa jurídica respondem os sócios, e sua extinção se dá por um acordo entre eles ou por determinação judicial.

ELEMENTOS PATRIMONIAIS

BENS: São os itens que a empresa possui para satisfazer suas necessidades de troca, consumo ou aplicação, que sejam suscetíveis de avaliação econômica. Os Bens de uma entidade podem ser classificados como **Tangíveis ou Intangíveis**.

- **TANGIVEIS:** São bens matérias, concretos, ou seja, são corpóreos.
- **INTANGIVEL:** São bens imatérias, abstratos, ou seja, que não tem forma física.

Exemplos de Bens Tangíveis:

- Caixa;
- Estoques;
- Equipamentos;
- Terrenos.
- Maquinas

Exemplos de Bens Intangíveis:

- Softwares;
- Marcas;
- Patentes;

DIREITOS: É a representação do que a empresa tem a receber de terceiros por conta de uma operação. Os direitos são facilmente identificados por conta das expressões “A Receber” ou “A Recuperar”.

Exemplos de direitos:

- Aplicações financeiras;
- Duplicatas a receber;
- Clientes.

OBRIGAÇÕES: São as dívidas ou repasses de responsabilidade da empresa junto a terceiros. Seguindo o exemplo dos direitos, as obrigações também são facilmente identificadas por contas das expressões “A Pagar” ou “A Recolher”.

Exemplos de obrigações:

- Fornecedores;
- Empréstimos;
- Salários a pagar.
- Duplicatas a Pagar
- Tributos a Recolher

Exemplo de Patrimônio

PATRIMONIO CIA SP LTDA.			
<u>BENS</u>		<u>OBRIGAÇÕES</u>	
Caixa	500	Fornecedores	15.000
Veículos	25.000	Salários a Pagar	12.000
<u>DIREITOS</u>		Impostos a Recolher	3.000
Banco	1.500		
Duplicatas a Receber	3.000		
TOTAL	30.000	TOTAL	30.000

Com isso demonstra-se claramente a necessidade do equilíbrio no total entre os Bens e Direitos, e as Obrigações de uma entidade.

Conforme a matéria apresentada em aula, sabemos que o Patrimônio de uma entidade é composto por Bens, Direitos e Obrigações. Contudo o patrimônio das entidades deve ser dividido em dois grupos para que haja o equilíbrio entre seus elementos.

O Patrimônio será dividido da seguinte forma:

- **ATIVO:** Representa a parte positiva do patrimônio, figura do lado esquerdo do balanço e é composto pelos Bens e Direitos.

- **PASSIVO:** Representa a parte negativa do patrimônio, figura do lado direito do balanço e é composto pelas obrigações da entidade e o Patrimônio Líquido.

Exemplo:

PATRIMÔNIO	
ATIVO	PASSIVO
Bens e Direitos	Obrigações com Terceiros Patrimônio Líquido Obrigações com Sócios

SITUAÇÃO LÍQUIDA DO PATRIMÔNIO: É a diferença entre o Ativo e o Passivo, podendo apresentar três situações líquidas:

1ª situação: Quando o Ativo é maior que o Passivo, resultando uma Situação Líquida Ativa, também chamada positiva, superavitária ou favorável.

2ª situação: Quando o Ativo é menor que o Passivo resultando em uma Situação Líquida Passiva, também denominada negativa, deficitária ou desfavorável. Nesse caso há um déficit patrimonial ou passivo a descoberto.

3ª situação: Quando o Ativo é igual ao Passivo, resultando em uma Situação Nula. Nesse caso o capital foi absorvido e todo o patrimônio pertence a terceiros, considerando que o total dos bens e direitos é igual ao das obrigações.

EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO

$$\boxed{SL} = \boxed{B} + \boxed{D} - \boxed{O}$$

OU

$$\boxed{SL} = \boxed{A} - \boxed{P}$$

ONDE:

SL = Situação Líquida

A = Ativo

B = Bens

P = Passivo

D = Direitos

O = Obrigações

PRINCIPIOS DE CONTABILIDADE

(Resolução CFC nº 750/93, com alterações pela Resolução CFC nº 1.282/10)

Os Princípios de Contabilidade são regras, doutrinas, essências e teorias que a profissão contábil utiliza para fixar padrões de comparação e de credibilidade em função do reconhecimento dos critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras. Desta forma, as regras gerais da ciência contábil no Brasil são regidas pelos Princípios de Contabilidade.

Segue a exposição da regra que todos os contabilistas têm de seguir como ponto inicial da profissão.

São Princípios de Contabilidade:

- ❖ **Entidade;**
- ❖ **Continuidade;**
- ❖ **Oportunidade;**
- ❖ **Registro pelo Valor Original;**
- ❖ **Atualização Monetária;**
- ❖ **Competência;**
- ❖ **Prudência.**

Princípio da Entidade: Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, ou seja, a Contabilidade deve ter plena distinção e separação entre pessoa física e pessoa jurídica. Enfim, o patrimônio da empresa jamais se confunde com o dos seus sócios.

Princípio da Continuidade: O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Princípio da Oportunidade: Refere-se ao momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais. Devem ser feitas de forma íntegra e tempestiva, independentemente das causas que as originaram, contemplando os aspectos físicos e monetários. A integridade dos registros é de fundamental importância para a análise dos elementos patrimoniais, pois todos os fatos contábeis devem ser registrados.

Princípio do Registro pelo Valor Original: Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.

Princípio da Atualização Monetária: Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Princípio da Competência: As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Princípio da Prudência: Determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior valor para os componentes do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. – visa a prudência na preparação dos registros contábeis, com a adoção de menor valor para os itens do ativo e da receita, e o de maior valor para os itens do passivo e de despesa.

Características qualitativas de informação em demonstrações contábeis

Além dos Princípios de Contabilidade estudados anteriormente, existem características qualitativas de enorme importância no estudo da ciência contábil. A seguir destacamos algumas dessas características apresentadas na íntegra na Resolução CFC nº 1255/10.

Compreensibilidade

A informação apresentada em demonstrações contábeis deve ser apresentada de modo a torná-la compreensível por usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e de contabilidade, e a disposição de estudar a informação com razoável diligência. Entretanto, a necessidade por compreensibilidade não permite que informações relevantes sejam omitidas com a justificativa que possam ser de entendimento difícil demais para alguns usuários.

Relevância

A informação fornecida em demonstrações contábeis deve ser relevante para as necessidades de decisão dos usuários. A informação tem a qualidade da relevância quando é capaz de influenciar as decisões econômicas de usuários, ajudando-os a avaliar acontecimentos passados, presentes e futuros ou confirmando, ou corrigindo, suas avaliações passadas.

Materialidade

A informação é material e, portanto tem relevância se sua omissão ou erro puder influenciar as decisões econômicas de usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Confiabilidade

A informação fornecida nas demonstrações contábeis deve ser confiável. A informação é confiável quando está livre de desvio substancial e viés, e representa adequadamente aquilo que tem a pretensão de representar ou seria razoável de se esperar que representasse.

Primazia da essência sobre a forma

Transações e outros eventos e condições devem ser contabilizados e apresentados de acordo com sua essência e não meramente sob sua forma legal. Isso aumenta a confiabilidade das demonstrações contábeis.

Prudência

As incertezas que inevitavelmente cercam muitos eventos e circunstâncias são reconhecidas pela divulgação de sua natureza e extensão e pelo exercício da prudência na elaboração das demonstrações contábeis.

Integralidade

Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites da materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou torná-la enganosa e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância.

Comparabilidade

Os usuários devem ser capazes de comparar as demonstrações contábeis da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem, também, ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades para avaliar suas posições patrimoniais e financeiras, desempenhos e fluxos de caixa relativos.

Tempestividade

Para ser relevante, a informação contábil deve ser capaz de influenciar as decisões econômicas dos usuários. Tempestividade envolve oferecer a informação dentro do tempo de execução da decisão. Se houver atraso injustificado na divulgação da informação, ela pode perder sua relevância.

CONTAS

CONCEITOS

Conta é o nome técnico que identifica um componente patrimonial (Bem, Direito, Obrigação ou Patrimônio Líquido) ou um componente de Resultado (Despesa ou Receita).

Portanto, as Contas representam registros de débitos e créditos da mesma natureza ou espécie, identificadas por nomes (títulos) que qualificam elementos patrimoniais (bens, direitos, obrigações, patrimônio líquido, despesas e receitas).

A conta tem sempre objeto distinto de outras contas porque reúne fatos de características próprias, iguais por sua natureza e que sucedem no patrimônio.

CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Teoria Patrimonialista

É a teoria usualmente adotada no Brasil. Considera o patrimônio como objeto da contabilidade. Classifica as contas como:

- a) Contas **Patrimoniais**: são as contas do Ativo representativas dos bens e dos direitos da entidade, e do Passivo representativas das obrigações e do Patrimônio Líquido da entidade;
- b) Contas **De Resultado**: são as contas que representam as receitas e as despesas da entidade.

FUNÇÃO DAS CONTAS

A função das contas é controlar as variações ocorridas no patrimônio, mediante registro dos atos e fatos da administração econômica dos componentes do patrimônio e a formação dos resultados realizados em cada período de tempo (exercício social).

É através das contas que a contabilidade consegue desempenhar o seu papel. Todos os acontecimentos que ocorrem na empresa, responsáveis pela sua gestão, são registrados em livros próprios através dessas contas.

ATOS CONTÁBEIS - São acontecimentos que não alteram o patrimônio, por isso, não são registrados nos livros contábeis. Ex: contratos, avais, fianças, orçamentos, etc.

FATOS CONTÁBEIS - São aqueles que provocam modificação no Patrimônio da entidade, sendo, por isso, objeto de contabilização através de conta patrimonial ou conta de resultado, podendo ou não alterar o Patrimônio Líquido.

Ex: Compras, Vendas, Pagamentos, Recebimentos, etc.

Exemplo:

FATOS	CONTAS
Pagamento a vista em dinheiro	Caixa
Pagamento a vista em cheque	Bancos
Automóveis	Veículos
Cadeiras, mesas, armários, calculadoras	Móveis e Utensílios
Máquinas e equipamentos industriais	Máquinas e Equipamentos
Vendas a prazo	Duplicatas a Receber, Títulos a Receber
Compras a prazo	Duplicatas a Pagar, Títulos a Pagar
Integralização em Dinheiro	Capital Social

FUNCIONAMENTO DAS CONTAS

As contas são movimentadas através de débitos e de créditos. Para entender o mecanismo do débito e crédito das contas é preciso, primeiramente, conhecer a natureza de cada conta.

As contas do Ativo e as contas de Custos e Despesas são de **natureza devedora**, ou seja, de débito. O aumento dos saldos dessas contas se dará pelos respectivos débitos, e as diminuições pelos respectivos créditos.

As contas do Passivo e as contas de Receitas são de **natureza credora**, ou seja, de crédito, aumentando-se seus saldos pelo respectivo crédito e diminuindo pelo débito.

As Contas **de natureza Retificadora ou Redutora** são contas que têm saldo contrário ao saldo do grupo ao qual pertencem. Assim, as contas retificadoras de Ativo (ou redutoras de Ativo) têm saldos credores; as contas retificadoras de Passivo (ou redutoras de passivo) e de Patrimônio Líquido têm seus respectivos saldos devedores.

Elas tem a função de reduzir o saldo de outra conta. Possui a natureza inversa, a natureza do grupo ao qual pertencem.

Ex. depreciação acumulada, capital a integralizar, PCLD – Provisão para Credito de Liquidação Duvidosa.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS CONTAS

Para simplificar as ilustrações e a resolução de problemas, utilizaremos uma representação gráfica bastante simples, que será denominada **CONTA T** ou **RAZONETE** ou simplesmente **T**.

O Razonete é formado pelo:

- **Título da Conta:** indica o elemento patrimonial ou de resultado.
- **Lado Esquerdo:** indica o lado do Débito.
- **Lado Direito:** indica o lado do Crédito.

D (Título da conta) C



- **Debitar** significa lançar valores do lado esquerdo do Razonete;
- **Creditar** significa lançar valores do lado direito do Razonete;
- O **Saldo** de uma conta é o valor da **diferença** entre a soma dos débitos e a soma dos créditos do respectivo Razonete.

PLANO DE CONTAS

O Plano de Contas é o elenco de todas as contas utilizadas pelo contabilista e criado de acordo com a natureza da entidade. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, o plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, pois é com sua utilização que se estabelece o banco de dados com informações para geração de todos os relatórios e livros contábeis, tais como: Diário, Razão, Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Análises, além de outros.

Observadas as regras e explicações acima, para que sejam estruturadas um Sistema Contábil adequado é necessário um plano de contas que atenda de fato os requisitos da Entidade. Deve-se analisar não apenas o momento atual, mas prever como será o futuro da Entidade, bem como seu possível crescimento, possíveis negociações com terceiros, tributação, despesas, custos, etc, ou seja, o Plano de Contas deverá contemplar nomenclaturas para as mais variadas situações que necessitem contabilização. E com o passar do tempo o plano de contas recebem adaptações necessárias em conformidade com novos negócios ou fatos que possam ocorrer nesta Entidade. Assim, neste modelo, apresentamos um plano de contas simplificado de quatro graus, ou seja, com quatro níveis, a exemplo do modelo disponível na Resolução CFC nº 1.418/12 onde:

Nível 1:

Ativo;

Passivo e Patrimônio Líquido; e

Receitas, Custos e Despesas (Contas de Resultado).

Nível 2:

Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.

Receitas de Venda, Outras Receitas Operacionais, Custos e Despesas Operacionais.

Nível 3:

Contas sintéticas que representam o somatório das contas analíticas que recebem os lançamentos contábeis, como, por exemplo, Caixa e Equivalentes de Caixa.

Nível 4: Contas analíticas que recebem os lançamentos contábeis, como, por exemplo, Bancos Conta Movimento.

Exemplo de plano de contas com quatro níveis conforme acima:

- **Nível 1** – Ativo

- **Nível 2** – Ativo Circulante

- **Nível 3** – Caixa e Equivalentes de Caixa

- **Nível 4** – Bancos Conta Movimento

O contabilista responsável pela escrituração contábil deverá avaliar a quantidade de dígitos em cada nível, de forma que atenda as necessidades da empresa.

A seguir apresentamos um modelo de Plano de Contas simplificado disponível no anexo IV da Resolução CFC nº 1.418/12:

PLANO DE CONTAS SIMPLIFICADO

Código	Descrição das Contas
1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa
1.1.1.01	Caixa
1.1.1.02	Bancos Conta Movimento
1.1.2	Contas a Receber
1.1.2.01	Clientes
1.1.2.02	(-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa
1.1.3	Estoque
1.1.3.01	Mercadorias
1.1.3.02	Produtos Acabados
1.1.3.03	Insumos
1.1.4	Outros Créditos
1.1.4.01	Titulos a Receber
1.1.4.02	Impostos a Recuperar
1.1.4.03	Outros Valores a Receber

1.3	ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.3.1	Realizável a Longo Prazo
1.3.1.01	Contas a Receber
1.3.1.02	(-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa
1.3.2	Investimentos
1.3.2.01	Participações Societárias
1.3.2.02	Outros Investimentos
1.3.3	Imobilizado
1.3.3.01	Terrenos
1.3.3.02	Edificações
1.3.3.03	Máquinas e Equipamentos
1.3.3.04	Veículos
1.3.3.05	Móveis e Utensílios
1.3.3.06	(-) Depreciação Acumulada
1.3.4	Intangível
1.3.4.01	<i>Softwares</i>
1.3.4.02	(-) Amortização Acumulada
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.1	PASSIVO CIRCULANTE

2.1.1	Fornecedores Nacionais
2.1.1.01	Fornecedor
2.1.2	Empréstimos e Financiamentos
2.1.2.01	Empréstimos Bancários
2.1.2.02	Financiamentos
2.1.3	Obrigações Fiscais
2.1.3.01	SIMPLES NACIONAL
2.1.3.02	ICMS a Recolher
2.1.3.03	ISSQN a Recolher
2.1.4	Obrigações Trabalhistas e Sociais
2.1.4.01	Salários a Pagar
2.1.4.02	FGTS a Recolher
2.1.4.03	INSS dos Segurados a Recolher
2.1.5	Contas a Pagar
2.1.5.01	Telefone a Pagar
2.1.5.02	Energia a Pagar
2.1.5.03	Aluguel a Pagar
2.1.6	Provisões
2.1.6.01	Provisão de Férias
2.1.6.02	Provisão de 13º Salário
2.1.6.03	Provisão de Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário

2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2.2.1	Financiamentos
2.2.1.01	Financiamentos Banco A
2.2.2	Outras Contas a Pagar
2.2.2.01	Empréstimos de Sócios
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.1	Capital Social
2.3.1.01	Capital Subscrito
2.3.1.02	(-) Capital a Integralizar
2.3.2	Reservas
2.3.2.01	Reservas de Capital
2.3.2.02	Reservas de Lucros
2.3.3	Lucros/Prejuízos Acumulados
2.3.3.01	Lucros Acumulados
2.3.3.02	(-) Prejuízos Acumulados
3	RECEITAS
3.1	Receitas Operacionais

3.1.1	Receitas de Venda
3.1.1.01	Venda de Produtos
3.1.1.02	Venda de Mercadorias
3.1.1.03	Venda de Serviços
3.1.1.04	(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções
3.1.2	Receitas Financeiras
3.1.2.01	Receitas de Aplicações Financeiras
3.1.2.02	Juros Ativos
3.1.3	Outras Receitas Operacionais
3.1.3.01	Receitas de Venda de Imobilizado
3.1.3.02	Receitas de Venda de Investimentos
3.1.3.03	Outras Receitas
4	DESPESAS
4.1	Despesas Operacionais
4.1.1	Despesas de Comercialização
4.1.1.01	Despesas Administrativas
4.1.1.02	Despesas com Vendas
4.1.1.03	Outras Despesas Gerais

METODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

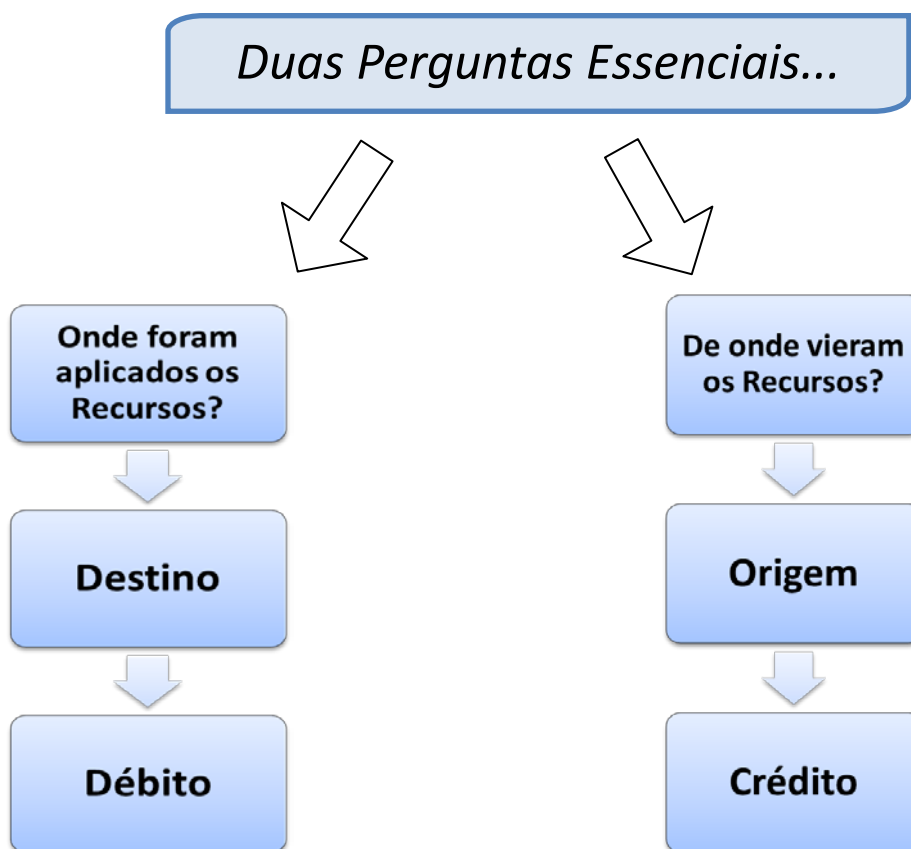
É o método pelo qual cada Débito efetuado em uma ou mais contas, deve corresponder um Crédito em uma ou mais contas, de tal forma que o total debitado seja sempre igual ao total creditado. Isso significa que toda aplicação de recurso deve ter uma origem, portanto não há Débito sem um Crédito correspondente ou não há uma aplicação sem uma origem respectiva.

DÉBITO = Aplicação do Recurso

CRÉDITO = Origem do Recurso

Origem: aprimoramento das partidas simples.

Propósito: evidenciar o efeito provocado ao patrimônio, a partir de um fato contábil.



REGISTROS CONTÁBEIS

DEBITO – Corresponde ao aumento de Bens ou Diretos, ou ainda a diminuição de Obrigações. A título de exemplo, debitamos a conta de “Duplicatas a Receber” pela venda a prazo, pois esta conta agora é um devedor da empresa, deve pagar a duplicata.

CREDITO – Corresponde ao aumento de obrigações para com alguém ou a diminuição de bens ou direitos de uma empresa. A título de exemplo, creditamos a conta de fornecedores pelo lançamento do registro de uma obrigação, pois o fornecedor passou a ser credor da empresa.

REGRA DE COMO FAZER LANÇAMENTOS CONTÁBEIS:

ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
(+) Aumenta = DÉBITO	(+) Aumenta = CRÉDITO	(+) RECEITA = CRÉDITO
(-) Diminui = CRÉDITO	(-) Diminui = DÉBITO	(-) DESPESA = CRÉDITO

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Livro Diário

Todos os registros de fatos ocorridos em uma entidade, no decorrer de um terminado exercício, devem ser escriturados em um livro que chamamos de **Livro Diário**. Sendo um dos livros obrigatórios para efeitos de registros e posteriores fiscalizações pelos órgãos competentes, devendo seguir algumas formalidades para ser escriturado conforme a seguir:

No Livro Diário devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.

A escrituração deve conter, no mínimo:

- a) data do registro contábil, ou seja, a data em que o fato contábil ocorreu;
- b) conta devedora;
- c) conta credora;
- d) histórico que represente a essência econômica da transação.
- e) valor do registro contábil;
- f) informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil.

Razão

Este livro tem por finalidade informar a movimentação de cada conta escriturada no livro Diário. Ele seguirá a mesma ordem cronológica que o Livro Diário. No Razão será demonstrado em cada folha de seu livro, o movimento de uma determinada conta, sempre trazendo o seu saldo inicial, a movimentação do período e o saldo final, sendo devedor ou credor.

Para este livro, não existe nenhuma formalidade básica, seja para a sua escrituração ou para o seu registro. Para a legislação comercial, ele não é um livro obrigatório para as empresas, sendo um livro facultativo, já para os contribuintes do imposto de renda com base no Lucro Real se torna obrigatório conforme a legislação fiscal.

Balancete de Verificação

Balancete de Verificação tem a finalidade de identificar os possíveis erros após ter feito os registros no livro diário e no razão. É uma demonstração facultativa para as empresas ou entidades, e a sua estrutura terá três colunas, onde na primeira encontra-se saldo inicial da conta, na Segunda a movimentação (a débito e a crédito) do referido período e na terceira, o saldo final da conta. Esses saldos, no Balancete de Verificação devem ser iguais, aos do Diário e Razão.

Existem também outros modelos de Balancete que já vem nos software de contabilidade, que também são aceitos para serem impressos se a empresa ou entidade preferir cabendo até registro.

Exemplo Prático de Escrituração Contábil:

A Empresa **Cia SP Ltda.**, iniciou as atividades em 01 de janeiro de 2012 e terá que efetuar a escrituração contábil.

No primeiro mês, a empresa realizou as seguintes operações:

- a) 01/01 – Integralização de Capital Social no valor de \$ 100.000,00, sendo \$ 30.000 em dinheiro e \$ 70.000 em Móveis e Utensílios;
- b) 05/01 – Abertura de uma Conta Corrente no **Banco X S/A.**, com depósito inicial de \$ 20.000;
- c) 10/01 – Compra de um Veículo para uso da empresa no valor de \$ 25.000 sendo 15.000 à vista com cheque 0001 e o saldo para 30 dias;
- d) 20/01 – Venda de Serviço à vista, com depósito no Banco X, valor de \$ 2.500;
- e) 30/01 – Apropriação de Despesas com Salários no valor total de \$ 10.800

ESCRITURAÇÃO LIVRO DIÁRIO:

SÃO PAULO, DE DE 20
D:
C:
H:

SÃO PAULO, DE DE 20
D:
C:
H:

SÃO PAULO, DE DE 20
D:
C:
H:

SÃO PAULO, DE DE 20
D:
C:
H:

SÃO PAULO, DE DE 20
D:
C:
H:

LIVRO RAZÃO (RAZONETES)

--	--	--	--

--	--	--	--

--	--	--

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO				
EMPRESA :				
PERÍODO: / / 2012				
CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL	D/C

NOTA:

O art. 1.179 do Novo Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei nº 10.406/02, traz o seguinte texto.

(...)

“Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico”.

(...)

Portanto, fica expresso de forma clara que todas as entidades, sejam com fins de lucros ou não, devem manter a escrituração contábil, independente do regime tributário, pois não se pode confundir normas societárias com as normas fiscais.

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Além das variações patrimoniais observadas através do conjunto que compõem o patrimônio das empresas Bens, Direitos e Obrigações, medidas pela aplicação da Equação Fundamental da Contabilidade: $PL = B + D - O$, existem os efeitos provocados pelas atividades praticadas pelas empresas ao longo de cada período (exercício fiscal). Atribuímos a estes efeitos o título de Resultado.

O Resultado de um exercício é apurado através do confronto entre as receitas e despesas ou contas de resultado, gerando lucro quando as receitas forem superiores e prejuízos quando as despesas forem superiores.

O processo de apuração consiste em efetuar lançamentos de transferência dos saldos das receitas e despesas para uma conta temporária chamada ARE – Apuração do Resultado do Exercício. Naturalmente este procedimento gerará escrituração no diário, razão e a necessidade do levantamento de um novo balancete de verificação.

O resultado apurado neste processo, qualquer que seja (lucro ou prejuízo), é imediatamente transferido para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido refletindo, portanto, o aumento ou diminuição na situação patrimonial da empresa.

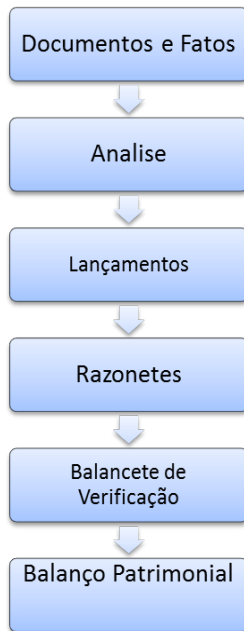
EXEMPLO DE APURAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Procederemos agora a Apuração do Resultado do Exercício relativo ao exemplo anterior.

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (ARE)	
DESPESAS	RECEITAS
TOTAL	TOTAL

PROCESSO CONTÁBIL

Considerando o conteúdo apresentado até o momento, podemos considerar que o processo contábil completo é definido da seguinte forma:



BALANÇO PATRIMONIAL

(Estrutura Básica Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09)

O Balanço Patrimonial é destinado a evidenciar em uma determinada data a real situação financeira de uma Entidade.

O Novo Código Civil Brasileiro destaca em seu artigo 1.188 o seguinte texto:

(...)

“Art. 1.188. *O balanço patrimonial deverá exprimir, com fidelidade e clareza, a situação real da empresa e, atendidas as peculiaridades desta, bem como as disposições das leis especiais, indicará, distintamente, o ativo e o passivo”.* (Grifo nosso)

(...)

Portanto o Balanço Patrimonial deve apresentar a saúde financeira de uma Entidade, bem como a sua elaboração deverá atender as normas contábeis e estar em acordo com os Princípios de Contabilidade.

No Balanço Patrimonial, as contas serão classificadas de acordo com os elementos do patrimônio que registrem, e deveram ser dividida em grupos do modo em que facilite o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

O Ativo e o Passivo deverão ser divididos da seguinte forma:

ATIVO:

- Ativo Circulante
- Ativo Não Circulante

PASSIVO:

- Passivo Circulante
- Passivo Não Circulante

Lei nº 6.404/76 art. 178

Em acordo com a Lei nº 6.404/76, as contas serão classificadas do seguinte modo:

ATIVO CIRCULANTE: Disponibilidades, Valores a Receber, Estoques e Outros Valores a Receber até o final do exercício subsequente.

ATIVO NÃO CIRCULANTE: O Ativo Não Circulante será dividido em:

a) **Realizável a Longo Prazo:** São normalmente direitos que a Entidade tem a seu favor e serão realizados após o final do exercício subsequente. Exemplo: Duplicatas a Receber a Longo Prazo;

b) **Investimentos:** As participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa. Exemplo: Obras de arte; Participações em outras empresas; etc;

c) **Imobilizado:** Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

d) **Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

PASSIVO CIRCULANTE: São as obrigações da entidade exigíveis até o fim do exercício subsequente. Exemplos: Duplicatas a Pagar, Impostos a Recolher, Empréstimos e Financiamentos etc.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE: Empréstimos e Financiamentos e outras Obrigações com expectativa de vencimento previsto após o término do exercício subsequente.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Valor das entradas de Capital a título de investimento dos Sócios, mais as reservas originárias de lucros retidos, além de estatutárias e outras que se fizer relevante.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS.

Realização: É um conceito fundamental, aplicado de duas maneiras:

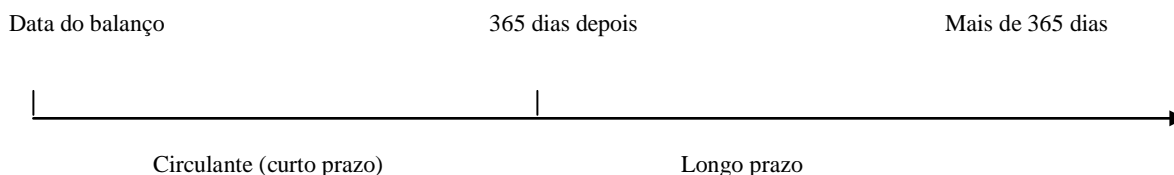
- Para indicar a condição característica quando da transformação dos bens, direitos e obrigações em moeda, para o ativo e passivo;
- Para indicar o momento da ocorrência dos eventos econômicos para as despesas e receitas.

Assim um ativo é realizado no momento do seu recebimento ou quando transformado em dinheiro e um passivo, é realizado quando ocorrer seu pagamento ou quando a obrigação que lhe representa é liquidada.

Uma receita, por sua vez, é realizada ao considerar-se que foi efetuada a sua transmissão para a outra parte e ao ser reconhecida pela entidade como direito, independente de seu recebimento. Uma despesa é realizada quando a entidade reconhece a aceitação do serviço por ela prestada.

Curto e Longo Prazo: Objetivando classificar os bens e direitos realizáveis dentro de um perfil mínimo de vencimento, convencionou-se considerar que os ativos circulantes são os bens e direitos realizáveis até um ano após a data de encerramento do balanço. Todos os bens e direitos não permanentes, cujo vencimento ou expectativa de realização seja superior a um ano da data de encerramento do balanço são considerados de longo prazo.

O mesmo conceito é aplicado ao passivo: obrigações vencíveis dentro de um ano da data do balanço são classificadas como passivo circulante e todas as obrigações vencíveis ou com expectativa de pagamento superior a um ano da data do balanço são classificadas como exigível em longo prazo.



Ordem decrescente e grau de liquidez ou realização: os elementos do ativo devem ser dispostos em ordem decrescente de grau de liquidez ou realização. Realização, neste caso

significa a transformação do ativo em moeda corrente; assim, os ativos que se transformam mais rapidamente em dinheiro devem ser apresentados em primeiro lugar. Essa é a razão das contas de Caixa e Bancos (disponibilidades) aparecerem em primeiro lugar no Ativo Circulante, assim como o próprio ativo circulante e apresentado antes do Realizável a Longo Prazo. Desse modo, os ativos são apresentados na melhor ordem, obedecendo ao grau de liquidez. Logo após às disponibilidades vêm as aplicações financeiras de curtíssimo prazo, depois os valores a receber, as demais aplicações financeiras, e assim sucessivamente.

Ativo Não Circulante: No ativo, o conceito básico de classificação é entre ativos circulantes e não circulantes. Consideram-se ativos imobilizados (ou ativos fixos) os bens e direitos adquiridos com a intenção de “não-venda”, ou seja, para utilização no desenvolvimento das atividades operacionais da companhia, como imóveis operacionais, máquinas, equipamentos, instalações, veículos, moveis e etc, para os itens exemplificados atribuímos a classificação de imobilizado. Nesse grupo (não circulante) incluem-se os investimentos em outras empresas, adquiridos em caráter de permanência. A definição de classificar como Ativo Imobilizado é feita no momento de sua aquisição ou construção. Se a empresa entende que o bem ou direito não será objeto de revenda, que não há essa intenção preliminar e básica, o elemento patrimonial será classificado como não circulante.

Custo com base de valor: representa um princípio de grande importância na contabilidade societária: os ativos são avaliados pelo custo. A regra genérica é que somente se avaliará por um preço diferente do custo, um preço de mercado, caso este seja menor que o custo. Isto significa que outros critérios de avaliação não são considerados pela contabilidade tradicional.

MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	31.12.X1	31.12.X0	PASSIVO	31.12.X1	31.12.X0
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Contas a Receber			Empréstimos e Financiamentos		
Estoques			Obrigações Fiscais		
Outros Créditos			Obrigações Trabalhistas e Sociais		
			Contas a Pagar		
			Provisões		
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Contas a Receber a Longo Prazo			Financiamentos		
Investimentos					
Imobilizado			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível			Capital Social		
(-) Depreciação Acumuladas			Reservas de Capital		
			Reservas de Lucros		
			Lucros Acumulados		
			(-) Prejuízos Acumulados		
TOTAL			TOTAL		

LEITURA FUNDAMENTAL I

PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL.

Art. 7º – O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

(Resolução CFC nº 750/93)

LEITURA FUNDAMENTAL II

PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Art. 4º. O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

(Resolução CFC nº 750/93)



AS CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL E SEUS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

ATIVO CIRCULANTE	CONTEÚDO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
Caixa e Bancos	Numerário em caixa e saldo bancários	Valor nominal dos saldos
Aplicações financeiras	Aplicações de renda fixa ou variável, etc.	Valor aplicado mais juros e atualização monetária até a data do balanço patrimonial
Contas a receber de clientes	Duplicatas a receber de clientes por vendas a prazo.	Valor nominal das duplicatas.
(-) Provisão para devedores duvidosos	Estimativa das prováveis perdas com as contas existentes.	Percentual médio histórico de perdas e/ou critério fiscal para fins de imposto de renda.
(-) Títulos descontados	Duplicatas ou saques negociados e recebidos antecipadamente	Valor nominal das duplicatas ou saques.
Estoque de materiais	Estoque de materiais diretos (matérias-primas, componentes, embalagens) e materiais de consumo (manutenção e escritório)	Custo de aquisição menos impostos recuperáveis. Critério do preço médio ponderado ou critério PEPS – Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair.
(-) Provisão retificadora	Provável perda de valor, estoques sem utilização	Diferença entre o preço de mercado menor que o custo; valor dos estoques inúteis.
Estoque de materiais em processo	Estoques em elaboração, semi-acabados.	Custo real/histórico de fabricação no estágio
Estoque de produtos acabados	Estoques de produtos prontos para venda.	Custo real/histórico de fabricação acabado.
Adiantamentos a fornecedores	Antecipação a fornecedores	Valor nominal dos adiantamentos
Impostos a recuperar	Saldos credores ou a recuperar de impostos diretos ou indiretos	Valor dos impostos corrigidos pelo indexador até a data do balanço.
Despesas do exercício seguinte	Despesas pagas antecipadamente de competência futura	Valor da despesa a ser lançada na competência seguinte.

ATIVO NÃO CIRCULANTE	CONTEÚDO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos judiciais.	Depósitos espontâneos ou compulsórios para contenciosos.	Valor dos depósitos, corrigidos até a data do balanço, se for o caso.
Incentivos fiscais.	Créditos fiscais obtidos por legislação.	Valor nominal deduzido das perdas prováveis na realização, se já conhecidas.
Investimentos	Ações de outras empresas (controladas, coligadas).	Valor de custo ou valor patrimonial equivalente na data do balanço. (coligadas / controladas).
Imobilizado bruto	Bens e direitos adquiridos em caráter de permanência	Custo de aquisição menos impostos recuperáveis, corrigidos monetariamente até 31.12.95.
Imóveis, máquinas, equipamentos	Bens ligados às atividades operacionais	Custo de aquisição menos impostos recuperáveis, corrigidos monetariamente até 31.12.95.
Outros imobilizados	Outros bens permanentes	Custo de aquisição menos impostos recuperáveis, corrigidos monetariamente até 31.12.95.
INTANGÍVEL	São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.Exemplo: software adquirido, Marcas adquiridas.	Diferença entre o valor da avaliação a preços de mercado (-) o valor contábil corrigido.
(-) Depreciação acumulada	Perda estimada de valor dos bens por desgaste e obsolescência	Aplicação das taxas de depreciação anuais sobre o valor corrigido/reavaliado dos bens.

PASSIVO CIRCULANTE	CONTEÚDO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
Fornecedores	Duplicatas a pagar a fornecedores por compras a prazo / faturas a pagar a fornecedores do exterior	Valor nominal das duplicatas / valor em moeda estrangeira, atualizado monetariamente até a data do balanço.
Salários e encargos a pagar	Vencimentos dos empregados ainda não quitados	Valor das remunerações
	Encargos legais a recolher (INSS, FGTS)	Valor nominal dos encargos a recolher.
	Provisão de encargos salariais a pagar	Valor dos duodécimos calculados em cima dos salários na data do balanço.
	Férias / décimo terceiro	Data do balanço
Impostos a recolher s/ mercadoria	Valor dos impostos e contribuições apurados a vencer	Valor das guias, corrigidas por indexador legal, mais multa e juros, em caso de atraso.
Impostos a recolher s/ lucros	Valor dos impostos e contribuições apurados a vencer	Valor das guias, corrigidas por indexador legal, mais multa e juros, em caso de atraso.
Adiantamento de clientes	Valor recebido antecipadamente por conta de pedidos de venda	Valor nominal dos adiantamentos
Empréstimos	Empréstimos e financiamentos bancários ou de mutuo	Valor atualizado monetariamente, mais juros devidos até a data do balanço.
Dividendos a pagar	Valor já destinado à distribuição aos acionistas	Valor nominal (corrigido, caso esteja estabelecido)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	CONTEÚDO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos	Empréstimos e financiamentos bancários ou de mútuo.	Valor atualizado monetariamente, mais juros devidos até a data do balanço
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTEÚDO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
Capital social	Entradas e aumentos de capital até a data do balanço.	Valor das entradas e dos aumentos de capital corrigidos monetariamente até 31.12.95
Reservas de capital	Incentivos (doações) governamentais, ágio na subscrição de capital	Valor corrigido monetariamente até 31.12.95
Reserva de reavaliação	Contrapartida das reavaliações contabilizadas no imobilizado	Valor corrigido monetariamente até 31.12.95 diminuído das reavaliações realizadas.
Reservas de lucros	Lucros acumulados, não capitalizados ou distribuídos, reservados	Valor corrigido monetariamente até 31.12.95
Lucros acumulados	Lucros acumulados à espera de destinação	Valor corrigido monetariamente até 31.12.95

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A informação meramente quantitativa do resultado de um período não é o bastante para conclusões na esfera da gestão empresarial; tão ou mais importante do que saber *quanto* foi ganho é saber *como* foi ganho.

O resultado das atividades resulta de uma grande variedade de eventos econômicos, cada um com seu processo de geração de ganho ou perda. É necessário identificar todos os tipos relevantes de eventos econômicos que produzem resultados e classificá-los de acordo com sua natureza, para que seja possível prover as administrações de instrumentos de análise e planejamento de ações futuras.

A partir do conhecimento das receitas e despesas, podemos estruturar a Demonstração dos Resultados, que tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período. Abaixo estão identificadas as principais atividades geradoras de lucro de uma empresa:

- **Resultado Operacional Bruto ou Lucro Bruto:** obtido na venda de mercadorias ou serviços, que é a diferença entre o valor das vendas e os impostos incidentes sobre elas, deduzidos de seus custos de aquisição;
- **Resultado Operacional Líquido ou Lucro Operacional:** corresponde ao lucro básico das operações de *compra/produção/venda*, diminuindo do lucro bruto os gastos com os setores administrativos e comerciais;
- **Resultados Financeiros ou Lucro não Operacional:** as atividades não relacionadas à especialidade da empresa (atividade-fim) devem ser segregadas dos resultados operacionais, pois têm uma administração alheia as operações principais;
- **Resultado Líquido do Exercício ou Lucro Líquido:** é a linha final da demonstração do resultado que mostra o efeito de ganho ou perda em um dado período de tempo, precedida da retirada de impostos no caso de período com lucro.

MODELO SIMPLIFICADO DE D.R.E – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31.12.x1	31.12.x0
VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
(=) RECEITA		
(-) CUSTO DAS VENDAS		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços		
(=) LUCRO BRUTO		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
(=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		
(+) Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
(=) RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		
(-) Despesa com Contribuição Social (*)		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (*)		
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		

DIVISÃO DAS CONTAS CONTÁBEIS

CONTAS PATRIMONIAIS → ATIVO E PASSIVO (BP)

CONTAS DE RESULTADO → RECEITAS E DESPESAS (DRE)

Entendendo a Demonstração de Resultados (DRE).

A estrutura básica, já explicada acima é:

- (+) Receitas
- (-) Custos
- (-) Despesas
- (=) Resultado:

Porém a legislação sugere que sejam detalhadas todas as contas da estrutura básica apresentada. Assim, é necessário conhecer o conceito básico da estrutura acima:

RECEITA: É a soma das vendas executadas por uma Entidade, sendo essa venda de mercadorias, produtos ou serviços e são classificadas em:

Receitas Operacionais: É o produto da venda de produtos industrializados, ou da comercialização ou ainda da prestação de serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo;

Receitas não Operacional: Receita não operacional, são aquelas receitas decorrentes de transações não incluídas nas atividades principais ou acessórias que constituam objeto da empresa. Exemplo: A empresa é uma indústria de calçados. Sua atividade é construir sapatos, porém decide vender uma máquina. A venda dessa máquina gerou uma Receita não Operacional.

NOTA: Receita Bruta sobre Vendas é o nome dado ao título das contas de receitas, portanto “**não é a mesma coisa que faturamento**”. Observe:

Uma empresa que tem em sua composição o IPI (Imposto sobre o Produto Industrializado) em seu faturamento deverá extraí-lo dessa base para determinar a Receita Bruta, por ser um tributo fiscal. Exemplo:

Faturamento	100 000,00
(-) IPI_.....	10 000,00
(=) Receita Bruta de Vendas...	90 000,00

DEDUÇÕES DA RECEITA

São compostas por valores que deduzem o valor das vendas de mercadorias, produtos ou serviços tais como:

- a) **Abatimentos:** por razões de qualidade da mercadoria ou outros;
- b) **Vendas Canceladas:** correspondem à anulação de valores registrados como receita bruta de Vendas e serviços.
- c) **Descontos Concedidos:** são descontos comerciais e deverão estar presentes na nota fiscal de vendas.
- d) **Tributos sobre as vendas e serviços:** são os tributos (impostos, taxas e contribuições) que no ato de obter a receita com a venda e /ou prestação de serviços incidem sobre as mesmas. Os tributos são PIS, Cofins, ICMS, ISS.

CMV – CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA

Para compreender o CMV (Custo da Mercadoria Vendida) é necessário dominar o conceito básico de custo.

Mas o que é custo?

De forma simplificada Custo é o gasto efetuado pela empresa pelo qual se obtém um bem, direito ou serviço. O custo insere-se no montante do gasto com matéria-prima, mão-de-obra e outros encargos diretamente ligados à produção de bens ou serviços. Ele é, portanto, o desembolso que a empresa adquire um bem ou serviço, bem como o valor que se tem no processo interno da empresa para prestação de serviços ou obtenção de bens, para venda ou uso interno.

Exemplo:

Compra de mercadorias para o estoque onde, a entrada dessa mercadoria fará parte do Patrimônio. Porém na venda, nascerá uma receita (entrada de numerários) e para saber o resultado da operação, é necessário conhecer o valor do custo pago por essa mercadoria vendida.

Assim, a título de exemplificação, o CMV (empresas comerciais) é composto por:

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF}$$

Ou seja:

Custo de Mercadoria Vendida = Estoque Inicial + Compras – Estoque Final.

Exemplo:

A empresa SP Comercial Ltda., apresenta no seu estoque em 01/01/2008 o montante de R\$ 600.000,00 em mercadorias.

Em 10/01/2008 comprou mais R\$ 450 000,00 e novas mercadorias. O exercício corre e em 31/12/2008 o estoque final é de R\$ 35000,00. Qual o CMV?

Usando a fórmula temos?

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF}$$

$$\text{CMV} = (\text{EI } 600\ 000 + \text{C } 450\ 000) - \text{EF } 35\ 000,00$$

$$\text{CMV} = 1050\ 000 - 35\ 000$$

$$\text{CMV} = 1015\ 000.$$

DESPESA

É o sacrifício que a Empresa ou Entidade necessita para comercializar os bens ou serviços, objetos da atividade, bem como para a manutenção da estrutura empresarial independentemente da sua frequência. A despesa, embora direta ou indiretamente necessária para a geração da receita, não está associada à prestação do serviço ou à produção do bem, não sendo, agregada ao custo.

As despesas são classificadas em duas:

Despesa Operacional: São as despesas não computadas nos custos, necessárias à atividade da empresa e à manutenção da respectiva fonte produtora. As despesas operacionais admitidas são as usuais ou normais no tipo de transações, operações ou atividades da empresa, entendendo-se como necessárias as pagas ou incorridas para a realização das transações ou operações exigidas pela atividade da empresa (RIR/1999, art. 299 e seus §§ e PN CST no 32, de 1981).

Exemplo: Despesas Administrativas, Despesas com salários e ordenados, etc.;

Despesa não Operacional: São as despesas decorrentes de transações não incluídas nas atividades principais ou acessórias que constituam objeto da empresa.

O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- **BP** – Balanço Patrimonial – Demonstração Obrigatória;
- **DRE** – Demonstração dos Resultados do Exercício - Demonstração Obrigatória;
- **DLPA** – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - Demonstração Obrigatória;
- **DMPL** – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Demonstração Obrigatória;
- **DFC** – Demonstração dos Fluxos de Caixa - Demonstração Obrigatória;
- **DVA** – Demonstração do Valor Adicionado - Demonstração Obrigatória apenas para empresas S/A - de capital aberto (ações em bolsa) – Lei 11638/07.
- **NE** – Notas Explicativas.
- **DOAR** – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – Extinta a partir de 2008 por força da Lei 11.638/07;

DEPRECIÇÃO DOS ATIVOS

DEFINIÇÃO

É o registro contábil da diminuição do valor de bens do ativo imobilizado, resultante do desgaste pelo uso, pela ação da natureza ou pela obsolescência.

Ilustração da depreciação:



Veículo no ano de aquisição
Valor: R\$ 40.000,00



Veículo no Ano 02
Valor: R\$ 34.000



Veículo no Ano 03
Valor: R\$ 28.000

Cabe lembrar que a depreciação é destinada a bens do ativo imobilizado, ou seja, aos bens mantidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços. A depreciação do ativo se inicia quando este está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento.

VALOR RESIDUAL

É o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil (CPC 27 item 06).

Exemplo: Veículo da ilustração anterior na data de aquisição.

Valor de Aquisição:	R\$ 40.000
<i>(-) Valor Residual:</i>	<i>(R\$ 10.000)</i>
(=) Valor Depreciable	R\$ 30.000

REPRESENTAÇÃO CONTÁBIL DO EXEMPLO:

Balanço Patrimonial no Ano 01

ATIVO			PASSIVO		
ANC			PL		
Imobilizado					
Veículo		40.000	Capital Social		40.000

Balanço Patrimonial no Ano 02

ATIVO			PASSIVO		
ANC			PL		
Imobilizado					
Veículo		40.000	Capital Social		40.000
(-) Depreciação Acumulada		-6.000	Prejuízo Acumulado		-6.000

Balanço Patrimonial no Ano 03

ATIVO			PASSIVO		
ANC			PL		
Imobilizado					
Veículo		40.000	Capital Social		40.000
(-) Depreciação Acumulada		-12.000	Prejuízo Acumulado		-12.000

Balanço Patrimonial – Final da Vida Útil

ATIVO			PASSIVO		
ANC			PL		
Imobilizado					
Veículo		40.000	Capital Social		40.000
(-) Depreciação Acumulada		-30.000	Prejuízo Acumulado		-30.000

Observe que o valor atual do bem é justamente o valor residual definido anteriormente.

Taxas de Depreciação Fiscal:

IMOBILIZADO	VIDA UTIL ESTIMADA	TAXA DE DEPRECIÇÃO ANUAL
Terrenos	<i>Indeterminada</i>	<i>Não Existe</i>
Edifícios	25 anos	4%
Instalações	10 anos	10%
Maquinas	10 anos	10%
Moveis e Utensílios	10 anos	10%
Veículos	05 anos	20%
Equipamentos de Informática	05 anos	20%

(Tabela com base na Instrução Normativa SRF nº 162/98 – Anexo I)

Cálculo da Depreciação Fiscal

A depreciação poderá ser calculada por:

- **Quotas anuais:** é calculada uma única vez ao ano. O valor da quota anual é obtido aplicando-se a taxa de depreciação sobre o valor do bem;
- **Quotas mensais:** é calculada e contabilizada mensalmente. O valor da quota mensal é obtido dividindo-se o valor da quota anual por 12.

Exemplo:

- Veículo: R\$ 150.000,00
- Depreciação: 20% a.a
- Cálculo: R\$ 150.000,00 X 20% = R\$ 30.000,00 (valor da depreciação fiscal anual).

Contabilização:

D - Depreciação Fiscal - Veiculo (Conta de Resultado).....R\$ 30.000,00

C - Depreciação Fiscal Acumulada - Veiculo (Redutora Ativo).....R\$ 30.000,00

NOTA: As normas internacionais de contabilidade determinam que a depreciação econômica, ou seja, a depreciação contábil (taxa real de depreciação) deve ser apurada pela empresa, conforme o desgaste e uso real do bem/direito. As taxas de depreciação acima, só tem validade para fins fiscais, ou seja, para fins do Imposto de Renda e para a CSLL e não apresentam a realidade da informação contábil.

Essa nova regra para a Depreciação Contábil é advinda das normas internacionais de contabilidade e está prevista no CPC 27 que trata sobre o Ativo Imobilizado, bem como na Resolução CFC 1.255/09.

OPERAÇÕES CONTÁBEIS

São diversas as operações contábeis existentes na rotina diária de uma empresa, para isso destacamos alguns exemplos que possam auxiliá-los nos estudos e na profissão contábil.

Capital Social – Subscrição e Integralização

Os sócios ao constituírem uma empresa necessitam primeiramente, efetuar o primeiro investimento para constituição do Capital dessa empresa. A subscrição do capital, nada mais é do que a promessa apresentada pelos sócios ou acionistas nos documentos de constituição da entidade como o contrato social.

Para abertura da escrita contábil dessa empresa, deve-se efetuar os lançamentos de subscrição do capital e, em seguida, a integralização total ou parcial do capital subscrito.

A integralização do capital social nada mais é do que a realização da promessa feita anteriormente e poderá ser efetuada em dinheiro ou em bens móveis ou imóveis suscetíveis de avaliação em dinheiro. Para melhor entendimento, segue um exemplo hipotético de lançamento:

Contabilizar o investimento inicial efetuado pelos sócios na SP Comercial Ltda., no valor total de R\$ 100.000,00 em dinheiro:

Para efetuar o registro da subscrição do Capital Social:

Data, mês e ano.

D - Capital Social a Realizar*

C - Capital Social Subscrito.....R\$ 100.000,00

Histórico: xxxxx

Para registrar a integralização do Capital Social:

Data, mês e ano.

D- Caixa ou Banco

C- Capital Social a Realizar.....R\$ 100.000,00

Histórico: xxxxx

* Capital Social a Realizar é também conhecido como Capital Social a integralizar, dependendo do critério de denominação do plano de contas da entidade.

Em continuidade as operações contábeis, veremos a seguir a contabilização do adiantamento de salários.

Adiantamento de salários

O Adiantamento de Salário para colaboradores, como o próprio nome já diz, nada mais é que uma antecipação salarial, concedida por liberalidade do empregador ou por imposição de Convenção Coletiva, a qual é oferecida até o limite de 50% do montante salarial.

A contabilização do adiantamento de salários é simples, conforme o exemplo a seguir:

Data, mês e ano.

D - Adiantamentos Salarial (Ativo Circulante)

C - Caixa ou Bancos (Ativo Circulante)

Histórico: xxxxx

OBS: Neste exemplo, debita-se a conta Adiantamento Salarial no Ativo Circulante, pois essa conta demonstra um direito que a empresa tem perante seus colaboradores.

Aplicação Financeira

A empresa deseja fazer aplicação financeira, pois tem “sobra” de numerários no seu capital de giro cujo controle é via conta banco:

Desta forma a contabilização para essa operação é apresentada da seguinte forma:

Data, mês e ano.

D- Aplicações Financeiras Curto Prazo (Ativo circulante)

C- Banco Conta Movimento (Ativo circulante)

Histórico: xxxxx

Operações com Imobilizado

Na aquisição de bens para o Ativo Imobilizado da empresa, temos o seguinte lançamento contábil:

Pela compra de Máquinas para a produção, com pagamento a prazo:

Data, mês e ano

D - Maquina (Ativo Imobilizado)

C – Duplicatas a Pagar (Passivo Circulante)

Histórico: xxxxx

OBS: Se o pagamento for efetuado a vista, creditar Caixa ou Banco, conforme a real operação.

FOLHA DE PAGAMENTO

A folha de pagamento é um relatório mensal elaborado, normalmente por uma equipe de Departamento Pessoal ou do Recursos Humanos cujo objetivo é apresentar os valores dos salários, tributos sobre salários, descontos sobre a folha e valores agregados a este relatório.

O contabilista de posse de um relatório de folha de pagamento deverá contabilizar todos os fatos ocorridos na Folha de Pagamento.

Portanto, a contabilização da Folha de Pagamento poderá ser da seguinte forma:

1) Pelo adiantamento salarial concedido aos empregados:

- D - Adiantamentos a Empregados (Ativo Circulante)
- C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)
- C - IR Fonte a Recolher (Passivo Circulante)

2) Pela apropriação dos salários devidos aos empregados (exceto salário-família)

- D - Salários e Ordenados (Contas de Resultado)
- C - Salários e Ordenados a Pagar (Passivo Circulante)

3) Pela apropriação do salário-família:

- D - INSS a Recolher (Passivo Circulante)
- C - Salários e Ordenados a Pagar (Passivo Circulante)

4) Pela apropriação dos encargos previdenciários (INSS), do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Sindical:

- D - Salários e Ordenados a Pagar (Passivo Circulante)
- C - INSS a Recolher (Passivo Circulante)
- C - IR Fonte a Recolher (Passivo Circulante)
- C - Contribuição Sindical de Empregados a Recolher (Passivo Circulante)

5) Pela apropriação do adiantamento salarial, do desconto relativo ao vale-transporte e vale alimentação.

- D - Salários e Ordenados a Pagar (Passivo Circulante)
- C - Adiantamento de Salários (Ativo Circulante)
- C - Vale-Transporte (Conta de Resultado)
- C - Vale-Refeição - PAT (Conta de Resultado)

6) Pela apropriação dos encargos previdenciários a cargo da empresa, incidentes sobre a folha de pagamento:

- D - INSS (Conta de Resultado)
- C - INSS a Recolher (Passivo Circulante)

7) Pela apropriação do FGTS incidente sobre a folha de pagamento:

- D - FGTS (Conta de Resultado)
- C - FGTS a Recolher (Passivo Circulante)

A seguir a contabilização do pagamento dos salários sociais. Supondo que a Entidade tenha como critério efetuar o pagamento dos salários dos empregados no 5º dia útil do mês subsequente a que se refere a folha de pagamento:

8) Pelo pagamento dos salários referentes ao mês de novembro/20X1:

- D - Salários e Ordenados a Pagar (Passivo Circulante)
- C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

Admitindo-se, ainda, que todos os encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento sejam pagos nas datas dos vencimentos, em dezembro/20X1, teremos:

9) Pelo pagamento da contribuição previdenciária referente ao mês de novembro/20X1:

- D - INSS a Recolher (Passivo Circulante)
- C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

10) Pelo pagamento do FGTS referente ao mês de novembro/20X1:

- D - FGTS a Recolher (Passivo Circulante)
- C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

11) Pelo pagamento do Imposto de Renda na Fonte retido sobre a folha de pagamento do mês de novembro/20X1:

- D - IR Fonte a Recolher (Passivo Circulante)
- C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

12) Pelo pagamento da Contribuição Sindical retida na folha de pagamento referente ao mês de novembro/20X1:

- D - Contribuição Sindical a Recolher (Passivo Circulante)
- C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

OPÇÕES TRIBUTÁRIAS

No Brasil muito se comenta na mídia sobre a carga tributaria e se não houver uma escolha planejada do contabilista responsável, a Entidade poderá sofrer com o ônus financeiro.

Uma escolha sobre a opção tributaria depende de diversos fatores tais como a atividade econômica, localização da entidade, localização dos clientes, estudo analítico das normas tributarias, administração do risco tributário, fluxo financeiro da entidade, orçamento da entidade e controle das normas tributarias. Esses são os passos básicos para um orçamento tributário.

Porém o assunto deve ser analisado em curso específico, e neste, cabe destacar as principais formas de tributação no Brasil.

Na prática existem no Brasil quatro tipos de enquadramento tributário:

Simplex Nacional

Lucro Presumido

Lucro Real

Lucro Arbitrado

Lucro Real: Para se apurar o lucro real é necessário manter escrituração comercial regular, incluindo o Livro de Apuração do lucro. Os impostos são calculados com base no lucro real da empresa apurado, considerando-se todas as receitas, menos todos os custos e despesas da empresa, de acordo com o regulamento do imposto de renda.

Lucro Arbitrado: O Lucro arbitrado também é uma forma de tributação simplificada, porém muito mais onerosa visto que os percentuais aplicados sobre a receita bruta da empresa são maiores se comparados aos percentuais aplicados no lucro presumido. O Lucro arbitrado é uma modalidade de tributação muito utilizada pelo Fisco para determinar o imposto devido quando não há como fazê-lo por meio do lucro real ou presumido.

Lucro Presumido: É uma forma simplificada de tributação onde os impostos são calculados com base num percentual estabelecido sobre o valor das vendas realizadas, independentemente da apuração do lucro, sendo sua apuração trimestral.

Simples Nacional: O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123/06.

É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos Estados e do Distrito Federal e dois dos Municípios.

Para o ingresso no Simples Nacional é necessário o cumprimento das seguintes condições:

- Enquadrar-se na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- Cumprir os requisitos previstos na legislação; e
- Formalizar a opção pelo Simples Nacional.

(Fonte: Portal Simples Nacional)

Forma de Recolhimento - Lucro Presumido

É o regime tributário que determina a forma de recolhimento do imposto de renda com base na presunção do lucro. Este regime é determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário conforme determina a Lei nº 9.430/96 e RIR/99.

Os percentuais a serem aplicados sobre a receita bruta são os abaixo discriminados, conforme determinação do RIR/99:

Atividades	Percentuais (%)
Atividades em geral (RIR/1999, art. 518)	8
Revenda de combustíveis	1,6
Serviços de transporte (exceto o de carga)	16
Serviços de transporte de cargas	8
Serviços em geral (exceto serviços hospitalares)	32
Serviços hospitalares	8
Intermediação de negócios	32
Administração, locação ou cessão de bens e direitos de qualquer natureza (inclusive imóveis)	32
Pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços, exceto as que prestam serviços hospitalares e as sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada, cuja receita bruta anual não ultrapassar R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais),	16% (RIR/1999, art. 519, § 4º).

Exemplo hipotético de cálculo do IRPJ Lucro Presumido: Empresa com atividade de comércio:

Faturamento: R\$ 40.000,00 (trimestre)

(X) Percentual presunção: (X) 8%

Base de cálculo.....R\$ 3.200,00

(X) Alíquota IRPJ..... (X) 15 %

Valor a recolher IRPJ480,00

Lucro Presumido - CSLL: O art. 22 da Lei 10.684/03 determina que a base de cálculo da CSLL devida pelas pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido corresponderá a:

- 12% da receita bruta nas atividades comerciais, industriais, serviços hospitalares e de transporte;
- 32% para:

- a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e transporte;
- b) intermediação de negócios;
- c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.

Exemplo hipotético:

Empresa com atividade de comércio:

Faturamento : R\$ 40.000,00 (trimestre)

(X) Percentual presunção: (X) 12%

Base de cálculo.....R\$ 4.800,00

(X) Alíquota CSLL..... (X) 9 %

Valor a recolher CSLLR\$ 432,00

NOTA: Não há adicional de CSLL, somente para IRPJ.

Forma de Recolhimento - Lucro Real

Lucro Real é o regime de tributação que se dá mediante a apuração contábil dos resultados, com os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Para elaborar a base de cálculo da CSLL e do IRPJ no final do exercício é necessário a elaboração de ajustes determinado pela legislação fiscal e apresentados no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real – criado pelo Decreto Lei 1598/77.

Diversas normas destacam os fatos que devem ser ajustados, porém de forma resumida, tais ajustes referem-se exclusivamente a fatos que não pertençam a atividade fim da Entidade, ou seja, confusão patrimonial.

Exemplo: Empresa “X” , atividade fim supermercado, adquire passagens de passeio para Paris – França – para divertimento dos sócios.

Observando esse fato, em regras gerais, tal viagem não pertence a atividade fim da empresa e não contribui para beneficiar a mesma. Por outro lado, a legislação fiscal trata de diversos aspectos dos referidos ajustes ao lucro contábil.

O lucro contábil ou econômico é aquela que resultou da contabilidade e que, para apurar a base de cálculo da CSLL e do IRPJ, na opção Lucro Real, deverá ser ajustado pelas adições, exclusões e compensações.

A seguir apresentamos um exemplo hipotético de Lalur:

O 1º passo é elaborar o Ajuste da CSLL:

- Lucro Antes da CSLL (extrair da DRE). _____

+ Adições

Gastos com alimentação de sócios (extrair da DRE) _____

(=) CSLL ajustada pelas adições _____

(-) Exclusões

(-) Compensações

(=) Base de cálculo da CSLL _____

X Alíquota da CSLL – 9 % _____

CSLL a recolher : _____

O 2º passo é elaborar o Ajuste do IRPJ

- Lucro antes do IRPJ (extrair da DRE)..... _____

(+) Adições

CSLL (extrair da DRE)..... _____

Multa de transito(extrair da DRE)..... _____

Gastos com alimentação de sócios (extrair da DRE)... _____

(=) IRPJ ajustado pelas adições..... _____

(-) Exclusões

(-) Compensações

= Base de cálculo do IRPJ..... _____

X Alíquota da IRPJ –15 %..... _____

IRPJ a recolher : _____

CONTABILIDADE FINANCEIRA E CONTABILIDADE GERENCIAL

Contabilidade Financeira:

É considerada como a contabilidade tradicional, que cumpre as exigências legais através de procedimentos e relatórios destinados aos usuários externos. Por conta deste padrão entre as contabilidades é possível comparar as empresas dentro de seus segmentos ou mesmo situá-las em relação ao mercado como um todo.

Contabilidade Gerencial:

Os usuários internos das empresas não necessitam especificamente dos relatórios formais, ou legalmente exigidos para avaliação dos negócios. Desta maneira, por conta da liberdade em relação ao que está estabelecido, em termos legais para a contabilidade financeira, a contabilidade gerencial constitui elemento de fundamental importância no aspecto do controle econômico das entidades e no auxílio para a tomada de decisão.

Embora apresentem características diferentes, as duas estruturas sustentam o processo decisório de uma organização. O atendimento a aspectos formais pela contabilidade financeira, através do registro de fatos passados e da elaboração de relatórios padronizados é complementado pela flexibilidade oriunda da contabilidade gerencial compondo, assim, o sistema de informação contábil.

A administração de uma empresa esta pautada em um processo constante de tomada de decisões visando, sobretudo, a continuidade das atividades. Não basta apenas, como em um passado longínquo, apresentar ao empresário o lucro obtido em um dado período, ou em uma determinada atividade. É necessário, mais do que tudo, avaliar a capacidade de cumprimento de seus compromissos financeiros, a capacidade de produção de bens ou serviços, o poder de venda, situar a empresa no mercado, avaliar as perspectivas futuras, enfim, conhecer todos os elementos capazes de sustentar uma decisão por parte dos administradores, cujo resultado se aproxime ao máximo do nível desejado.

Desempenho das atividades.

A expressão “Gestão” corresponde ao ato de administrar que por sua vez só é possível quando relacionada a algo que conhecemos. Como pode ser possível administrar algo quando não conhecemos as verdades a respeito dele?

Na esfera empresarial não é diferente; as decisões devem ter como propósitos primordiais, a busca de melhores resultados. O que nos leva a decidir algo visando melhor o nível de uma atividade é o conhecimento de seu desempenho, que somente pode ser medido através de um conjunto de procedimentos denominado: *“Análise das Demonstrações Financeiras”*.

A análise das demonstrações financeiras constitui-se em um processo de meditação sobre os demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a situação da empresa em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. A avaliação sobre a empresa busca analisar o processo operacional e financeiro da companhia, objetivando propor alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos gestores da empresa. A utilização de uma série de cálculos matemáticos traduz os demonstrativos financeiros em indicadores, que por sua vez buscam evidenciar as características dos principais relacionamentos existentes entre os componentes do balanço patrimonial. Os efeitos de uma análise devem contribuir para o gerenciamento da informação contábil, portanto, um meio útil e eficaz é a utilização de indicadores que levem a uma comparação em aspectos como:

- Períodos passados;
- Períodos orçados;
- Padrões setoriais;
- Padrões internacionais;
- Padrões internos;
- Concorrentes.

O acompanhamento dos indicadores de forma contínua possibilita apreender situações de tendência futura, permitindo aos gestores agirem em relação as suas estratégias.

TECNICAS BÁSICAS DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- ✓ Análise Vertical;
- ✓ Análise Horizontal;
- ✓ Avaliação Final.

ANÁLISE VERTICAL – AV

Corresponde a participação percentual de cada elemento do balanço do demonstrativo em relação ao elemento principal. Para a análise do balanço patrimonial estabeleceu-se como elementos principais a eles atribuídos à taxa de 100%, o total do ativo e o total do passivo.

Para a demonstração de resultados o elemento 100% corresponde ao valor das vendas líquida dos impostos ou também chamada de receita operacional líquida. A atribuição como elemento principal para a receita líquida operacional possibilita o conhecimento através da análise da DRE da estrutura de custos e despesas da empresa em relação as suas vendas.

ANÁLISE HORIZONTAL – AH

Ao contrário da AV que mede a relação entre os elementos patrimoniais do mesmo período, a análise horizontal serve para medir o comportamento dos mesmos em relação a outros períodos. Ao assumirmos a taxa de 100% para todos os elementos do período base, conseguimos mediar à evolução ou diminuição de cada um em relação aos demais períodos analisados. Vale lembrar que esta análise é considerada nominal, já que sua base é a moeda corrente sem a retirada dos efeitos inflacionários.

AVALIAÇÃO FINAL

A avaliação final são as conclusões obtidas a partir do conjunto das análises dos demonstrativos, através de um parecer objetivo que apresenta a situação atual da empresa e, sobretudo, as tendências futuras, quando possível for.

A seguir alguns dos principais indicadores, subdivididos por categorias:

LIQUIDEZ OU CAPACIDADE DE PAGAMENTO			
Indicador	Fórmula	Conceito	Parâmetro
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Circulante	Poder de pagamento de todo passivo circulante com recursos de Caixa / Bancos.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante	Poder de pagamento de dívidas de curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Seca	AC (-) Estoques / Passivo Circulante	Poder de pagamento de dívidas de curto prazo via ativos líquidos.	Quanto maior, melhor.

ESTRUTURA DE CAPITAL			
Indicador	Fórmula	Conceito	Parâmetro
Participação de Capital de Terceiros.	Capital de terceiros / Patrimônio Líquido x 100	Quanto à empresa tomou de capitais de terceiros em relação ao capital próprio.	Quanto menor, melhor.
Composição do Endividamento	Passivo Circulante / Capitais de Terceiros x 100	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais.	Quanto menor, melhor.
Imobilizações do PL	Ativo Permanente / Patrimônio Líquido x 100	Quanto foi aplicado no AP em relação ao PL	Quanto menor melhor.

RENTABILIDADE			
Indicador	Fórmula	Conceito	Parâmetro
Giro do Ativo	$\text{Receita Operacional Líquida} / \text{Ativo Total}$	Quanto à empresa vendeu em relação ao ativo total	Quanto maior, melhor.
Margem Líquida	$\text{Lucro} / \text{Receita Operacional Líquida} \times 100$	Quanto à empresa obtém de lucro em relação às vendas	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade do Ativo	$\text{Lucro} / \text{Ativo} \times 100$	Quanto à empresa obtém de lucro em relação ao ativo total	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade do PL	$\text{Lucro} / \text{PL} \times 100$	Quanto à empresa obtém de lucro em relação ao capital próprio.	Quanto maior, melhor.

NOTA EXTRA:

Lei nº 12.249/2010 altera Lei de Regência da Contabilidade e institui Exame de Suficiência

No dia 11 de junho de 2010 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 12.249. Os Artigos que se referem à profissão contábil são os de números 76 e 77. Eles trazem substanciais modificações ao Decreto-lei nº 9.295, de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Dentre as principais mudanças estão:

a) O direito do CFC de emitir as Normas Brasileiras de Contabilidade fica estabelecido na nova lei, incluindo-se aí as Normas Internacionais de Contabilidade, adaptadas para o Brasil e emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

B) Instituição do Exame de Suficiência para obtenção de registro em Conselho Regional de Contabilidade, de forma similar à realizada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e à qual se submetem os bacharelados em Direito.

c) Curso Técnico: Validade até 2015 para quem cursar neste período tendo que participar do exame de suficiência.

c) Aos contabilistas que não seguirem as normas do CFC serão penalizados e até censurados, destacando também as penalidades ético-disciplinares aplicáveis por infração ao exercício legal da profissão.



CADERNO DE EXERCÍCIOS
Contabilidade Geral

01 - De acordo com o estudado e explicações do Professor o que é Contabilidade?

02 - EXERCÍCIO PARA FIXAÇÃO

A. Classifique os elementos patrimoniais abaixo como:

***BENS *DIREITOS *OBRIGAÇÕES.**

Mercadorias em Estoque		Caixa	
Duplicatas a Pagar		Duplicatas a Receber	
Empréstimos a Pagar		Terrenos	
Computadores		Bancos	
Impostos a Recolher		Moveis e Utensílios	

B. Qual é o valor do Patrimônio Líquido de uma empresa que apresenta os seguintes elementos patrimoniais:

Empréstimo a pagar	\$ 3.552
Terrenos	\$ 9.443
Caixa	\$ 244
Duplicatas a receber	\$ 1.001
Móveis	\$ 988
Fornecedores	\$ 490
Aplicação financeira	\$ 750
Salários a pagar	\$ 455
Bancos	\$ 659

03 - De acordo com o estudado assinale a equação patrimonial correta:

- () Bens + Direitos= Capital
- () Bens + Direitos = Obrigações
- () Bens + Direitos = Obrigações + PL
- () Bens + PL = Obrigações

04 - O que são os Princípios de Contabilidade e quais são as normas que os regem?

05 - Classifique os fatos a seguir conforme os Princípios Contábeis estudados:

a) Compra de veículo cujo valor da nota fiscal não está claro. Você entrou em contato com a empresa, mas ninguém sabe ao certo se é R\$ 5.000,00 ou R\$ 50 000,00. Nesse caso usa-se o _____.

b) Receita obtida com as vendas de mercadorias do estoque e que serão recebidas parte no mês seguinte e o restante daqui a dois meses. Ao reconhecer a receita sobre vendas no ato da ocorrência, estou atendendo o _____.

c) O administrador da empresa comprou um terno e roupas para sua esposa, além de pagar as contas da escola de seu filho com o cartão corporativo da empresa. Essa ação fere o _____.

d) Juiz solicita ao Perito Contador analisar o ativo imobilizado (máquinas e computadores) da empresa a fim de saber qual é o valor dos bens a serem leiloados por força de falência. Essa determinação o contabilista deverá agir conforme o princípio da _____.

06 - O que contém o Livro Diário e para que serve?

07 - O que é um Ativo Circulante conforme as normas em vigência?

08 - O que é um Ativo Não Circulante de acordo com as normas em vigência?

09 - O que é um Passivo Circulante conforme as normas em vigência?

10 - O que é um Patrimônio Líquido conforme as normas em vigência?

11 - Qual a diferença entre contas sintéticas e contas analíticas? De exemplo com base no plano de contas acima.

12 - Para que serve um Plano de Contas?

13 - Defina com as suas palavras o que são contas de Patrimônio e o que são contas de Resultado.

14 - O que são contas de resultado? Cite 02 exemplos.

15 - O que são contas patrimoniais? Cite 02 exemplos.

16 - Classificar os fatos a seguir, visualizando graficamente seus efeitos para o patrimônio:

Exemplo:

Duas pessoas constituem uma empresa, com a entrega de \$ 50.000,00 em dinheiro por parte de cada uma:

ATIVO	PASSIVO
<i>BANCO..... 100.000,00</i>	Patrimônio Líquido <i>CAPITAL SOCIAL 100.000,00</i>
TOTAL..... 100.000,00	TOTAL 100.000,00

A) Adquiriu um empréstimo junto ao Banco: \$ 150.000.

ATIVO	PASSIVO
TOTAL	

B) Compra de Veículo a prazo no valor de \$ 48.000.

ATIVO	PASSIVO
TOTAL	TOTAL

C) Aumento de Capital pelos sócios, sendo \$ 5.000 em dinheiro e \$ 12.500 em Máquinas.

ATIVO	PASSIVO
TOTAL	TOTAL

D) Transferência de dinheiro do Banco para o Caixa da empresa, no valor de \$ 850.

ATIVO	PASSIVO
TOTAL	TOTAL

E) Compra de material para Estoque, sendo metade à vista e metade a prazo: Total de \$ 6.000.

ATIVO	PASSIVO
TOTAL	TOTAL

CONCEITOS DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÃO										
CONTAS	VALOR	BEM	DIREITO	OBRIGAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	P.L.	DÉBITO	CRÉDITO	GRUPO DO BALANÇO
CAIXA	R\$ 5.000,00	X			X					circulante
ESTOQUE	R\$ 10.000,00									
FORNECEDOR	R\$ 20.000,00									
DUP.LIC. RECEBER	R\$ 2.000,00									
SALÁRIOS A PAGAR	R\$ 3.000,00									
EMPRES.T. A PAGAR	R\$ 5.000,00									
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 3.000,00									
TERRENOS	R\$ 10.000,00									
HONORÁRIOS A PAGAR	R\$ 6.000,00									
VEÍCULOS	R\$ 7.000,00									
TÍTULO A PAGAR L.P.	R\$ 5.000,00									
CONTAS A PAGAR	R\$ 8.000,00									
CAPITAL	R\$ 20.000,00									
INSTALAÇÕES	R\$ 2.000,00									
FERRAMENTAS	R\$ 3.000,00									
ALUGUES A PAGAR	R\$ 1.000,00									
IMPOSTOS A PAGAR	R\$ 2.500,00									
BANCO	R\$ 15.500,00									
MÁQUINAS	R\$ 15.000,00									
TÍTULOS A PAGAR	R\$ 2.000,00									
TOTAL								R\$ 72.500,00	R\$ 72.500,00	

18 - A partir do conhecimento dos elementos que compõem o patrimônio da empresa, bem como da estrutura do Balanço Patrimonial, monte o mesmo considerando as informações abaixo:

Estoques	1.332	Salários e encargos a pagar	6.830
Capital social	29.800	Veículos	40.000
Empréstimos a Pagar	2.565	Lucros Acumulados	1.555
Investimentos a Longo Prazo	1.956	Empréstimos a Longo Prazo	899
Fornecedores	543	Aplicações financeiras	2.122
Bancos Futuro S/A	2.009	Títulos a receber de clientes	854
Terrenos	4.574	Edificações	5.012
Adiantamentos a fornecedores	333	(-) Depreciação acumulada	16.000

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
		PATRIMONIO LÍQUIDO	
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO	

19 - Qual o valor das vendas brutas e também do lucro do exercício, a partir das informações abaixo:

Custo da mercadoria vendida	60.000	LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	1.980
Despesas financeiras	770	Impostos sobre vendas	2.010
CSLL	178,20	LUCRO OPERACIONAL	2.500
IRPJ	297	Despesas administrativas	1.150
LUCRO BRUTO	4.990	Estoques	49.332
Receitas financeiras	250	VENDAS LIQUIDAS	64.990
Comissões s/ vendas	1.340	Veículos	56.000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	31.12.x1	31.12.x0
VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
(=) RECEITA		
(-) CUSTO DAS VENDAS		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços		
(=) LUCRO BRUTO		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
(=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		
(+) Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
(=) RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		
(-) Despesa com Contribuição Social (*)		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (*)		
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		

20 - A partir dos saldos abaixo elabore o BP e a DRE e em seguida efetue os cálculos dos indicadores (liquidez, estrutura de capital e rentabilidade).

Conta	Valor	Conta	Valor
Caixa	9.400,00	Cofins a recuperar	3.990,00
Fornecedores	19.780,00	ICMS a recolher	12.600,00
Banco Bradesco	150.830,00	Computadores	28.000,00
Salários a pagar	2.994,00	Pis a recolher	1.155,00
Clientes	70.735,00	Deprec. Acum.	2.400,00
INSS a recolher	1.187,00	Emprestimos a LP	5.320,00
ICMS a recuperar	272,00	Capital social	220.000,00
FGTS a recolher	272,00	Receita com vendas	30.000,00
PIS a recuperar	866,00	Despesas com Aluguel	8.000,00
IRRF a recolher	5.945,00	Despesas Administrativas	26.500,00
Despesa Financeiras	3.060,00		

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
		PATRIMONIO LÍQUIDO	
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31.12.x1	31.12.x0
VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
(=) RECEITA		
(-) CUSTO DAS VENDAS		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços		
(=) LUCRO BRUTO		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
(=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		
(+) Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
(=) RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		
(-) Despesa com Contribuição Social (*)		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (*)		
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		

CÁLCULO DOS INDICADORES

→ LIQUIDEZ

→ ESTRUTURA DE CAPITAL

→ RENTABILIDADE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade Gerencial – Teoria e Prática* ed. Atlas. São Paulo, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações* ed. Atlas Sexta Edição. São Paulo, 2003.

MATARAZZO, Dante C. *Análise Financeira de Balanços* ed. Atlas Sexta Edição. São Paulo, 2003.

PADOVANE, Luiz Clóvis. *Introdução à Contabilidade, com abordagem para não contadores* ed. Thomson. São Paulo, 2006.

BRASIL, Instrução Normativa SRF 162 de 31 de dezembro de 1998 – Lex: Legislação Federal. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 27 mai. 2013.

BRASIL, Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Lex: Legislação Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 mai. 2013.

BRASIL, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Lex: Legislação Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 mai. 2013.

BRASIL, Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Lex: Legislação Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 mai. 2013.

BRASIL, Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. Lex: Legislação Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 mai. 2013.

BRASIL, Lei 12.249 de 11 de junho de 2010. Lex: Legislação Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 mai. 2013.

BRASIL, Pronunciamento Técnico CPC 27 de 24 de julho de 2009 – Ativo Imobilizado. Acesso em: 27 mai. 2013

BRASIL, Resolução CFC 750 de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade. Acesso em: 27 mai. 2013

BRASIL, Resolução CFC 1.255 de 10 de Dezembro de 2009. Aprova a NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas. Acesso em: 27 mai. 2013

BRASIL, Resolução CFC 1.282 de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93. Acesso em: 27 mai. 2013

BRASIL, Resolução CFC 1.418 de 05 de dezembro de 2012. Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Acesso em: 27 mai. 2013